

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.841 - PR (2019/0141376-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FERNANDA PISSETTI MAJID
ADVOGADOS : SIMONE DE QUADROS PIERRI NALDINO - PR054996
FABIANA PIAZZETTA ANDRETTA - PR070940
AGRAVADO : UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE
MÉDICOS
ADVOGADOS : EDUARDO BATISTEL RAMOS - PR031205
LIZETE RODRIGUES FEITOSA - PR021762
ANA CAROLINE DE MORAES BITTENCOURT - PR058506

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 349-350):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRECEITO COMINATÓRIO. PRETENSÃO DE INGRESSO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA UNIMED CURITIBA. DEMANDA JULGADA PROCEDENTE. NECESSIDADE DO PROFISSIONAL SER APROVADO EM PRÉVIA SELEÇÃO PÚBLICA DE PROVAS E TÍTULOS PROMOVIDA PELA COOPERATIVA. ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO, POR MAIS QUE SEJA VOLUNTÁRIA, DEVE RESPEITAR PRESSUPOSTOS EXIGIDOS PELO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS. QUESTÃO PACIFICADA PELO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 1.059.777-8/01. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA INVERTIDOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 4º, inciso I, e 29 da Lei 5.764/71; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que o Estatuto Social da recorrida prevê que, para ingressar na Cooperativa, os médicos dependem de aprovação prévia em seleção pública de provas e títulos, o que viola frontalmente as disposições da Lei 5.764/71, a qual dispõe que a adesão de cooperados se dá de forma voluntária, livre e em número ilimitado, desde que atendida a qualificação técnica para a prestação do serviço.

Superior Tribunal de Justiça

Assevera que, "quando da propositura da demanda, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná possuía entendimento majoritário diametralmente oposto ao adotado nesta decisão" (e-STJ, fl. 407). Conclui, portanto, que "a aplicação do entendimento exarado no Incidente de Uniformização de Jurisprudência aos casos ajuizados anteriormente ao seu julgamento fere de morte o princípio da segurança jurídica, uma vez que, por óbvio, a recorrente não teria formulado pedido que, fatalmente, estaria fadado à improcedência no Tribunal de Justiça de origem" (e-STJ, fl. 409).

Afirma, por fim, que a recorrente possui a qualificação técnica necessária, na especialidade de oftalmologia, para sua admissão na Sociedade Cooperativa de Médicos, sendo que o único requisito não cumprido é a aprovação em seleção pública promovida pela UNIMED CURITIBA, que não possui competência para avaliar se a recorrente é apta tecnicamente ao exercício da medicina na especialidade oftalmologia, visto que tal atribuição é de competência do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, observo que a alegada afronta ao princípio da segurança jurídica não foi objeto de exame pela Corte de origem, muito menos foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão do julgado quanto a esse aspecto, de modo que é inviável a análise dessa matéria no recurso especial, pois ausente o requisito do prequestionamento. Incidem, na espécie, portanto, os óbices previstos nas Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que as cooperativas somente podem limitar o ingresso de novos cooperados ao seus quadros associativos quando constatar a impossibilidade técnica de prestação dos serviços ou a ausência de preenchimento dos requisitos estatutários.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE CONTRARRAZÕES. NULIDADE. INÉRCIA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE. PRECLUSÃO. COOPERATIVA. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO ESTATUTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, sendo, em regra, ilimitado o número de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços (arts. 4º, I, e 29 da Lei nº 5.764/1971).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.378.399/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 5/6/2019.)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. INGRESSO. ASSOCIADO. REQUISITOS. ESTATUTÁRIOS. PROCESSO SELETIVO. CURSO DE COOPERATIVISMO. REPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A Lei 5.764/71 estabelece que as cooperativas são sociedades de pessoas, de natureza civil, constituídas para prestar serviços aos associados, com número ilimitado de associados, ressalvando, todavia, a limitação no ingresso de novos cooperados tanto pela impossibilidade técnica de prestação de serviços quanto pela falta de preenchimento dos requisitos estatutários.

2. Hipótese em que a instância de origem, soberana na análise da prova, consignou que a candidata não passou em concurso para realizar o curso cuja conclusão é requisito para ingresso na cooperativa, acentuando, ainda, que "obrigar a sociedade ao livre acesso de cooperados pode lhe gerar prejuízos e impedir a consecução de seu objeto social, uma vez que responde civilmente pelos atos de médicos cooperados".

3. Não cabe, em recurso especial, o reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.467.817/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 6/3/2019.)

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, visto que o entendimento adotado no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, a admissibilidade do recurso especial encontra óbice no enunciado da Súmula 83/STJ.

Além disso, a matéria foi decidida pelo Tribunal de origem com base em circunstâncias fáticas e probatórias inerentes à causa, conforme se infere do seguinte trecho do julgado (e-STJ, fls. 355/363):

Outrossim, é necessário o preenchimento concomitante dos pressupostos anteriores com a aprovação prévia em seleção pública de provas e títulos promovida pela Cooperativa (art. 3º, inciso III, do Estatuto), não havendo registros de que a Apelante tenha cumprido com tal determinação.

[...]

Destarte, não comprovado nos autos que os Autores preencheram todos os requisitos exigidos pelo estatuto da UNIMED, eis que não atestada a aprovação prévia em seleção pública de provas e títulos promovida pela Cooperativa, a inscrição nos quadros da UNIMED se mostra inadmissível.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de modificar o acórdão recorrido, como pretendido pela recorrente, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Ademais, a vedação da Súmula 7 do STJ impede, por semelhantes motivos, a análise da apontada divergência jurisprudencial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora